

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Gramado Promoção de Vendas S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores da
Gramado Promoção de Vendas S.A.
Gramado – RS

Abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa

Fomos contratados para examinar as demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Gramado Promoção de Vendas S.A. (Companhia) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Opinião sobre a posição patrimonial e financeira

Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, os balanços patrimoniais acima referidos apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa

Durante o exercício de 2021, a Companhia adquiriu certas participações societárias e não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os saldos dos balanços de abertura decorrente destas aquisições ocorridas no exercício ou nos satisfazer por meios alternativos sobre os saldos adquiridos destes investimentos. Conseqüentemente, não foi possível determinar a existência de eventuais efeitos nos saldos dos balanços de abertura que possam ter afetado a apuração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes demonstrações dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Base para opinião sobre a posição patrimonial e financeira

Nossa auditoria dos balanços patrimoniais foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria dos balanços patrimoniais”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre a posição patrimonial e financeira.

Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, em decorrência de terem sido identificadas distorções, os valores correspondentes da controladora, relativo ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2020 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2019), e balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O balanço patrimonial da controladora, relativo ao período de 1º de janeiro de 2020 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2019), apresentado para fins de comparação, não foi auditado por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria do desempenho das operações e os fluxos de caixa

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir relatório de auditoria. Contudo, ao assunto descrito na sessão intitulada “Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades do auditor pela auditoria dos balanços patrimoniais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que os balanços patrimoniais estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nos balanços patrimoniais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria dos balanços patrimoniais. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nos balanços patrimoniais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sobre os balanços patrimoniais. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria dos balanços patrimoniais para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria relacionadas aos balanços patrimoniais;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião sobre os balanços patrimoniais, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia,



eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo dos balanços patrimoniais, inclusive as divulgações e se os balanços patrimoniais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de maio de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Wallace Weberling Pereira
Contador CRC-1SP230870/O-9

Gramado Promoções de Vendas S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora			Consolidado
		31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021
Circulante			(reapresentado)	(reapresentado)	
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.857	1.822	1.115	3.450
Contas a receber de clientes	6	25.188	21.827	6.246	27.495
Estoques		379	1.646	933	1.709
Adiantamento a fornecedores		2.366	1.114	201	2.630
Outros créditos		2.057	560	953	2.260
		31.847	26.969	9.448	37.544
Não circulante					
Contas a receber de clientes	6	3.748	6.372	1.305	3.748
Impostos diferidos	20	2.473	1.654	-	2.473
Partes relacionadas	16	7.928	5.943	13.806	8.133
Depósitos judiciais		41	21	21	51
Outros créditos		28	-	-	25
Investimentos	7	2.995	3.080	-	2.995
Ativo imobilizado	8	7.568	3.516	4.708	16.013
Ativo intangível		113	91	92	113
Propriedade para investimento	9	12.000	-	-	12.000
Direito de uso de arrendamento	13.1	8.471	5.353	-	8.471
		45.365	26.030	19.932	54.022
Total do ativo		77.212	52.999	29.380	91.566
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	10	3.203	2.709	2.906	6.481
Obrigações trabalhistas	11	6.240	2.532	2.193	8.613
Obrigações tributárias	12	4.022	13.469	2.017	7.097
Adiantamento de clientes e receita diferida	14	16.136	8.688	2.399	16.655
Passivo de arrendamento	13.2	4.398	3.478	-	4.398
Outras contas a pagar		700	975	-	730
		34.699	31.851	9.515	43.974
Não circulante					
Obrigações tributárias	12	10.844	2.600	3.475	11.404
Adiantamento de clientes e receita diferida	14	5.809	4.515	3.023	5.809
Provisão para demandas judiciais	15	4.570	3.135	68	4.570
Provisão para passivo a descoberto	7	12.933	-	-	-
Passivo de arrendamento	13.2	5.564	3.607	-	5.564
Partes relacionadas	16	38.745	6.787	10.501	56.191
Outras contas a pagar		185	-	-	191
		78.650	20.644	17.067	83.729
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	17				
Capital social		18.003	1.000	1.000	18.003
Reservas de lucros		-	-	1.798	-
Prejuízos acumulados		(54.140)	(496)	-	(54.140)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(36.137)	504	2.798	(36.137)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		77.212	52.999	29.380	91.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gramado Promoções de Vendas S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
		(não auditado)	(reapresentado)	(não auditado)
Receita líquida	18	40.796	69.827	59.675
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	19	(56.810)	(30.515)	(64.322)
(Prejuízo) Lucro bruto		(16.014)	39.312	(4.647)
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>				
Despesas gerais e administrativas	19	(15.382)	(5.129)	(31.622)
Despesas comerciais	19	-	-	(752)
Equivalência patrimonial	7	(11.528)	(2.589)	(1.930)
Outras despesas operacionais, líquidas	19	(8.565)	(3.065)	(11.118)
(Prejuízo) Lucro antes do resultado financeiro		(51.489)	28.529	(50.069)
Receitas financeiras		128	344	129
Despesas financeiras		(3.101)	(3.371)	(3.603)
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(54.462)	25.502	(53.543)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	20	-	(11.096)	(919)
Diferido	20	818	1.654	818
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(53.644)	16.060	(53.644)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gramado Promoções de Vendas S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(não auditado) (53.644)	(reapresentado) 16.060	(não auditado) (53.644)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	(53.644)	16.060	(53.644)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gramado Promoções de Vendas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) – não auditado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de lucros/ (Prejuízos acumulados)	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de janeiro de 2019 (não auditado)	1.000	1.798	2.798
Distribuição de dividendos	-	(18.354)	(18.354)
Lucro líquido do exercício	-	16.060	16.060
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	1.000	(496)	504
Aumento de capital	17.003	-	17.003
Prejuízo do exercício	-	(53.644)	(53.644)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.003	(54.140)	(36.137)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gramado Promoções de Vendas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
	(não auditado)	(reapresentado)	(não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(54.462)	25.502	(53.543)
<i>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais</i>			
Depreciação de imobilizado	1.438	1.976	2.115
Amortização de intangível	61	49	61
Baixas de imobilizado	170	232	109
Baixas de intangível	-	19	-
Baixas de propriedades para investimento	4.000	-	4.000
Equivalência patrimonial	11.528	2.589	1.930
Perda na aquisição de investimento	17.505	-	96
Provisão para demandas judiciais	1.435	3.067	1.435
Amortização de ativo de direito de uso	2.590	3.936	2.590
Juros de passivo de arrendamento	554	1.100	554
Provisão de receitas a faturar	-	(22.350)	-
	(15.181)	16.120	(40.653)
<i>Redução (aumento) em ativos</i>			
Contas a receber de clientes	(737)	1.702	(3.044)
Estoques	1.267	(713)	(63)
Adiantamento a fornecedores	(1.252)	(913)	(1.516)
Partes relacionadas	(1.985)	7.863	(2.190)
Depósitos judiciais	(20)	-	(30)
Outros créditos	(1.525)	393	(1.725)
<i>Aumento (redução) em passivos</i>			
Fornecedores	494	(197)	3.772
Obrigações trabalhistas	3.708	339	6.081
Obrigações tributárias	(1.203)	10.577	2.432
Adiantamento de clientes e receita diferida	8.742	7.781	9.261
Partes relacionadas	31.958	(3.714)	49.404
Outras contas a pagar	(174)	975	(148)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(11.096)	(919)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	24.092	29.117	20.662
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</i>			
Aumento de capital em controlada	(16.015)	(5.669)	(1.931)
Aquisição de ativo imobilizado	(5.660)	(1.016)	(14.721)
Aquisição de intangível	-	(67)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(21.675)	(6.752)	(16.652)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>			
Pagamento de aluguéis – IFRS 16	(3.385)	(3.304)	(3.385)
Aumento de capital	1.003	-	1.003
Dividendos pagos	-	(18.354)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.382)	(21.658)	(2.382)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	35	707	1.628
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.822	1.115	1.822
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.857	1.822	3.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Gramado Promoção de Vendas Ltda. (“GPV” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, com sede na Rua Santa Maria, 193, em Gramado, Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia, através de suas controladas (“Grupo GPV”) mantém preponderantemente caracterizados em seu objeto social: a promoção de vendas, corretagem na compra e venda, avaliação de imóveis, serviços de reservas e outros serviços de turismo (*time share*), serviços de agenciamento e exploração de atividades de recreação e lazer, consultoria em publicidade, marketing direto, serviços de organização de feiras, congressos, serviços de alimentação para eventos e recepções, agência de viagens, hotéis, serviços de reservas e outros serviços de turismo, atividades de museu, exposições e festas e ainda serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

A Companhia reconheceu um prejuízo na controladora e consolidado de R\$53.644 em 31 de dezembro de 2021 (lucro líquido na controladora de R\$16.060 em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado) e, para o exercício findo nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$6.430 (R\$4.882 em 31 de dezembro de 2020). A Administração da Companhia está adotando diversas medidas para a recuperação de seu equilíbrio econômico-financeiro, dos investimentos efetuados, sua posição patrimonial, sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento dos seus compromissos e planos de negócios.

A pandemia de Covid-19 teve grande impacto sobre o segmento de turismo e entretenimento, com severos reflexos nas atividades e receitas da Companhia e significativo impacto na geração de receitas e caixa no curto prazo. Logo, a Companhia encontra-se em fase de reorganização financeira e, por esse motivo, suas operações vêm sendo financiadas através de recursos obtidos por transações de empréstimos com terceiros e de partes relacionadas.

Os eventos e condições descritos acima, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia pelo período de 12 (dozes) meses. No entanto, os sócios da Companhia têm tomado medidas para suportar o fluxo de caixa de suas operações e permanecem confiantes sobre o cumprimento do plano de negócios traçado para os próximos anos.

COVID-19

Em março de 2020, a OMS (Organização Mundial de Saúde) decretou estado de pandemia mundial em função do novo coronavírus, o COVID-19. O surto da doença se espalhou rapidamente pelo mundo, o que fez com que governos e entidades de setor privado adotassem medidas de isolamento social com o intuito de frear o avanço da doença. Para enfrentar essa situação inesperada, a Administração criou um comitê de crise para tratar dos assuntos relacionados ao COVID-19. Este comitê monitora as constantes evoluções do assunto junto à mídia e aos órgãos públicos, de forma a definir a melhor estratégia para, em primeiro lugar, garantir a manutenção da segurança de todos os colaboradores e o bom andamento dos negócios da Companhia. Todas as ações tomadas visam ainda, na medida do possível, a preservação de todo o ecossistema envolvido no negócio, desde os nossos colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços.

Sobre os impactos econômico-financeiros nas demonstrações financeiras apresentadas, em razão da Pandemia do COVID-19, a administração avaliou os riscos e as incertezas que poderiam afetar as informações anuais apresentadas, abaixo principais assuntos analisados:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): eventuais alterações nos ratings dos emissores dos papéis detidos na carteira destas aplicações que possam levar ao reconhecimento de ajustes ao valor recuperável destes ativos;
- b) Contas a receber de clientes (nota 6): eventuais aumentos na inadimplência pelo aumento do risco de crédito;
- c) Estoques: reconhecimento de perdas e eventuais riscos relacionados a realização dos estoques.

A administração avaliou os itens acima e entendeu que, até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não há impactos materiais que possam afetá-las, bem como não foi verificado indicativo que pudesse comprometer a continuidade dos negócios da Companhia.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária prevista na Lei nº 6.404/76 com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 26 de maio de 2022.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

2.3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguirão cumprir suas obrigações.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, a moeda funcional da Companhia.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) valor realizável dos ativos tangíveis e intangíveis; (iii) impostos diferidos; e (iv) instrumentos financeiros avaliados a valor justo.

2.6 Base de consolidação

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e das suas controladas.

2.6.1 Controladas

O Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

O grupo econômico é formado pela Companhia e as demais empresas controladas abaixo:

Controladas	Abreviação	Controle	Participação	
			2021	2020
Arc 12 Administradora de Bens Ltda. (a)	ARC 12	Compartilhado	62,36%	60,00%
Gramado Museu Festival de Cinema	GMFC	Direto	100,00%	0,00%
GP Restaurante Ltda.	GP Restaurante	Direto	100,00%	0,00%
GP Vacation Club Ltda.	GP Vacation	Direto	100,00%	0,00%
Lago-Negro Restaurante Ltda.	Lago-Negro	Direto	100,00%	0,00%
GPK Fidelidade Ltda. (b)	GPK Fidelidade	Direto	100,00%	0,00%
Gramado Prime Administração Hoteleira Ltda.	GPH Adm.	Direto	100,00%	0,00%
Gramado Prime Administração Hoteleira Ltda. – SCP I (b)	SCP I – GER	Indireto	1,00%	0,00%
Gramado Prime Administração Hoteleira Ltda. – SCP II (b)	SCP II – GBV	Indireto	1,00%	0,00%
Gramado Prime Administração Hoteleira Ltda. – SCP III (b)	SCP III – GVI	Indireto	1,00%	0,00%
Gramado Parks Turismo Ltda. (b)	GPT	Indireto	100,00%	0,00%

(a) Em 1º de setembro de 2020, conforme instrumento de Contrato de Constituição da ARC 12 Administradora de Bens Ltda., a GPV integrou R\$3.600, passando a ser detentor de 60% do capital social da referida empresa. A GPV possui controle compartilhado com os demais sócios.

(b) Empresas constituídas no decorrer do ano de 2020 e 2021 para desenvolvimento de atividades relacionadas ao objeto social da Companhia.

As movimentações de participações ocorridas em 2021 estão descritas na nota 2.25.

2.6.2 Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.6.3 Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

2.6.4 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.7 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.8 Contas a receber de clientes

Estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados e mercadorias vendidas de acordo com as condições contratadas e ajustadas pelo montante estimado de eventuais perdas pela falta de recebimento. As perdas estimadas de recuperabilidade das contas a receber são constituídas com base em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente o tempo médio de inadimplência.

2.9 Estoque

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao seu valor realizável líquido. A Empresa custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. As provisões de estoques para: realização, baixa rotatividade e estoques obsoletos, são constituídas de acordo com as políticas da Empresa, quando aplicáveis.

2.10 Perdas estimadas de recuperabilidade dos ativos

A administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos (incluindo entre outros, imobilizado e intangível) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor recuperável é estimado como o maior valor entre o valor justo menos custos de venda e o valor de uso. Para determinar o valor de uso são considerados os fluxos de caixa futuros gerados através do uso do ativo ou de sua unidade geradora de caixa, conforme o caso corresponda, os quais são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições de mercado atuais para o valor do dinheiro ao longo do tempo e os riscos associados ao ativo específico. Quando o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é registrado um montante de perdas estimadas de recuperabilidade ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.11 Reconhecimento de receita

Em GPV controladora:

Os resultados são registrados pelo regime de competência. As receitas e custos são apresentados, de acordo com o objeto social específico da Companhia e de suas controladas.

A Companhia atua no ramo de prestação de serviços relacionados à intermediação imobiliária, bem como na prestação de serviços de reservas e outros serviços de turismo (*time share*). A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços mensurada ao valor no justo da contraprestação recebida ou a receber. Na intermediação imobiliária, o reconhecimento da receita é realizado após o aceite do proprietário ou incorporador nos contratos de compra da fração ideal da venda de imóvel; na modalidade de *time share*, o reconhecimento é feito quando do recebimento do referido pacote.

As receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíam para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados, excluindo descontos, abatimentos e cancelamentos as sobre vendas. As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (ISS) às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes, e da tributação pelo Programa de Integração Social (PIS) e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Demais empresa controladas:

As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos.

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue: 1- Revenda de mercadorias - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtém o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as determinadas condições tenham sido satisfeitas; 2- Receita de prestação de serviços: mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber – a receita é reconhecida quando do efetivo usufruto do cliente nos vouchers adquiridos.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (ISS) às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes, e também da tributação pelo Programa de Integração Social (PIS) e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

2.12 Instrumentos financeiros

2.12.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado a custo amortizado; VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR (valor justo por meio do resultado).

A classificação dos ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

(i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

(ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

(i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

(ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- a) Ativos financeiros mensurados a VJR: Após o reconhecimento inicial, esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- (b) Ativos financeiros a custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

2.12.2 Desreconhecimento

2.12.2.1 Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

2.12.2.2 Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2.12.2.3 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.13 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas e controladas em conjunto são avaliados com base no método da equivalência patrimonial.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o seu valor contábil e reconhece o montante da eventual perda na demonstração do resultado.

2.14 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

2.15 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos, calculados de acordo com a legislação fiscal vigente à época dos balanços.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro são registrados pelo regime de competência e estão apresentados no balanço patrimonial, líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais somente são reconhecidos com base em expectativa de lucros tributáveis futuros, suportada por estudos e projeções.

Constituem a provisão para imposto de renda corrente à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Impostos diferidos

Os tributos e contribuições diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social desde que seja provável que a Empresa apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais créditos possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada, no mínimo, ao final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

2.16 Ativos imobilizados e intangíveis

Ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A amortização é reconhecida a partir do início da utilização dos ativos, linearmente com base na vida útil estimada, as quais são revisadas no mínimo ao fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um ativo imobilizado ou intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação.

2.17 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9.

As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período no qual as mudanças ocorrerem, especificamente em conta destacada no grupo “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas”. As avaliações foram efetuadas por especialistas independentes externos.

O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros em capital fixo que aumentem o valor das propriedades, tampouco os benefícios futuros relacionados derivados desses dispêndios futuros.

2.18 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

A Companhia registra provisões das seguintes naturezas: contingências, contas a pagar, passivo a descoberto, entre outras.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos recursos financeiros requeridos para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

As provisões para obrigações de naturezas cível, trabalhista e tributária, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e são contabilizadas com base nas opiniões do

departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração da Companhia sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação.

A Companhia adota o procedimento de provisionar as obrigações de naturezas cível, trabalhista e tributária, cuja probabilidade de perda, ou seja, de desembolso futuro, tenha sido estimada como provável. Tais provisões estão contabilizadas na conta “Provisões para contingências”, no passivo circulante. As práticas contábeis referente às demais provisões encontram-se descritas em suas respectivas notas explicativas.

2.19 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.20 Segregação de circulante e não circulante

A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- i) Espera-se que seja realizado, ou se pretende que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- ii) Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado;
- iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;
- iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulante. Um passivo é classificado no circulante quando:

- i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- ii) Está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado;
- iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

2.21 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.22 Demonstrações de fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.23 Arrendamento mercantil

A Companhia reconheceu como ativos (“ativo de direito de uso”) e passivos de arrendamento os seus contratos referentes a locação de imóveis.

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável.

b) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que gere esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a taxa de empréstimo incremental na data de início pois a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.24 Benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros), e remunerações variáveis, tais como as participações nos lucros e gratificações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, à medida que são incorridos.

A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada e plano de aposentadoria.

2.25 Reestruturações societárias

2.25.1 Reestruturações societárias 2021

a) Aquisição de participação no Gramado Museu Festival de Cinema Ltda.

Em 10 de junho de 2021, conforme Terceira Alteração Contratual Consolidada, a Companhia adquiriu, a título oneroso, 5.000 (cinco mil) quotas do capital social, ao montante de R\$1 (Um Real) cada, passando a ser detentor de 100% do capital social da Gramado Museu Festival de Cinema Ltda. Em decorrência a transação a Companhia reconheceu perda pela participação societária adquirida de R\$5.164.

b) Aquisição de participação no GP Restaurante Ltda.

Em 10 de junho de 2021, conforme Sexta Alteração Contratual Consolidada, a Companhia adquiriu, a título oneroso, 383.075 (trezentas e oitenta e três mil e setenta e cinco) quotas do capital social, ao montante de R\$1 (Um Real) cada, passando a ser detentor de 100% do capital social da GP Restaurante Ltda. Em decorrência a transação a Companhia reconheceu perda pela participação societária adquirida de R\$11.324.

c) Aquisição de participação no GP Vacation Club Ltda.

Em 10 de junho de 2021, conforme Terceira Alteração Contratual Consolidada, a Companhia adquiriu, a título oneroso, 100.000 (cem mil) quotas do capital social, ao montante de R\$1 (Um Real) cada, passando a ser detentor de 100% do capital social da GP Vacation Club Ltda. Em decorrência a transação a Companhia reconheceu perda pela participação societária adquirida de R\$537.

d) Aquisição de participação na Lago Negro Restaurante Ltda.

Em 10 de agosto de 2021, conforme Primeiro Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, a Companhia adquiriu 840.795 (oitocentos e quarenta mil, setecentos e noventa e cinco) quotas do capital social, ao montante de R\$800 (oitocentos mil reais), passando a ser detentor de 100% do capital social da Lago Negro Restaurante Ltda.

e) Aquisição de participação na Gramado Prime Administração Hoteleira Ltda.

Em 10 de junho de 2021, conforme Terceira Alteração Contratual Consolidada, a Companhia adquiriu 300.000 (oitocentos e quarenta mil, setecentos e noventa e cinco) quotas do capital social, ao montante de R\$1 (Um Real) cada, passando a ser detentor de 100% do capital social da Gramado Prime Administração Hoteleira Ltda. Em decorrência a transação a Companhia reconheceu perda pela participação societária adquirida de R\$384.

3.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia não foi afetada por qualquer determinada alteração, norma ou interpretação de novos pronunciamentos contábeis no exercício.

3.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e que possam vir a impactar a Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis

materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

4. Reapresentação de saldos correspondentes

A Companhia ajustou os saldos em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o saldo de abertura em 1º de janeiro de 2020, com o objetivo de corrigir os erros contábeis identificados, de acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro (NBC TG 23 (R2)), refletindo os ajustes para fins de comparabilidade entre os exercícios sociais apresentados. A natureza dos ajustes efetuados é explicada a seguir:

a) Revisão dos critérios de reconhecimento das receitas de serviços de turismo (time share), refletindo o prazo da relação contratual da prestação de serviços com clientes com a correção dos efeitos do reconhecimento de receita. Tal atualização impactou as contas de: contas a receber de clientes, estoques, receita diferida e receita de time share.

b) A administração revisou seus critérios de alocação de custos e procedeu com a reclassificação das despesas comerciais e marketing incorridas para a rubrica de custos dos serviços prestados, por entender que a natureza destes gastos reflete a parcela do custo de vendas associado a obtenção das receitas relacionadas aos serviços de comissão e promoção de vendas.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2020

Ativo	Apresentado 2020	Erros contábeis identificados	Reapresentado 2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.822	-	1.822
Contas a receber de clientes (a)	17.712	4.115	21.827
Estoques (a)	-	1.646	1.646
Adiantamento a fornecedores	1.114	-	1.114
Outros créditos	560	-	560
	21.208	5.761	26.969
Não circulante			
Contas a receber de clientes (a)	4.064	2.308	6.372
Impostos diferidos	1.654	-	1.654
Partes relacionadas	5.943	-	5.943
Depósitos judiciais	21	-	21
Investimentos	3.080	-	3.080
Ativo imobilizado	3.516	-	3.516
Ativo intangível	91	-	91
Direito de uso de arrendamento	5.353	-	5.353
	23.722	2.308	26.030
Total do Ativo	44.930	8.069	52.999
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	2.709	-	2.709
Obrigações trabalhistas	2.532	-	2.532
Obrigações tributárias	13.469	-	13.469
Adiantamento de clientes e receita diferida (a)	4.473	4.215	8.688
Passivo de arrendamento	3.478	-	3.478
Outras contas a pagar	975	-	975
	27.636	4.215	31.851
Não circulante			
Obrigações tributárias	2.600	-	2.600
Provisão para demandas judiciais	3.135	-	3.135
Passivo de arrendamento	3.607	-	3.607
Adiantamento de clientes e receita diferida (a)	-	4.515	4.515
Partes relacionadas	6.787	-	6.787
	16.129	4.515	20.644
Patrimônio líquido			
Capital social	1.000	-	1.000
Reservas de lucros (a)	165	(165)	-
Prejuízos acumulados (a)	-	(496)	(496)
Total do patrimônio líquido	1.165	(661)	504
Total do passivo e do patrimônio líquido	44.930	8.069	52.999

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Apresentado 2020	Erros contábeis identificados/ Reclassificação	Reapresentado 2020
Receita líquida (a)	69.640	187	69.827
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos (b)	(24.189)	(6.326)	(30.515)
Lucro bruto	45.451	(6.139)	39.312
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>			
Despesas gerais e administrativas	(5.129)	-	(5.129)
Despesas comerciais (b)	(6.326)	6.326	-
Equivalência patrimonial	(2.589)	-	(2.589)
Outras despesas operacionais, líquidas	(3.065)	-	(3.065)
Lucro antes do resultado financeiro	28.342	187	28.529
Receitas financeiras	344	-	344
Despesas financeiras	(3.371)	-	(3.371)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.315	187	25.502
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(11.096)	-	(11.096)
Diferido	1.654	-	1.654
Lucro líquido do exercício	15.873	187	16.060

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019

Ativo	Apresentado 2019	Erros contábeis identificados	Reapresentado 2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.115	-	1.115
Contas a receber de clientes (a)	3.920	2.326	6.246
Estoques (a)	-	933	933
Adiantamento a fornecedores	201	-	201
Outros créditos	953	-	953
	6.189	3.259	9.448
Não circulante			
Contas a receber de clientes (a)	-	1.305	1.305
Partes relacionadas	13.806	-	13.806
Depósitos judiciais	21	-	21
Ativo imobilizado	4.708	-	4.708
Ativo intangível	92	-	92
	18.627	1.305	19.932
Total do Ativo	24.816	4.564	29.380
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	2.906	-	2.906
Obrigações trabalhistas	2.193	-	2.193
Obrigações tributárias	2.017	-	2.017
Adiantamento de clientes e receita diferida (a)	10	2.389	2.399
	7.126	2.389	9.515
Não circulante			
Obrigações tributárias	3.475	-	3.475
Provisão para demandas judiciais	68	-	68
Adiantamento de clientes e receita diferida (a)	-	3.023	3.023
Partes relacionadas	10.501	-	10.501
	14.044	3.023	17.067
Patrimônio líquido			
Capital social	1.000	-	1.000
Reservas de lucros (a)	2.646	(848)	1.798
Total do patrimônio líquido	3.646	(848)	2.798
Total do passivo e do patrimônio líquido	24.816	4.564	29.380

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Caixa e bancos	1.352	1.346	2.391
Aplicações financeiras (a)	505	476	1.059
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.857	1.822	3.450

(a) Refere-se a aplicações financeiras majoritariamente em CDBs, registradas ao valor justo por meio do resultado, refletem condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias, possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, remunerados a taxas que variam entre 70% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
	(reapresentado)		
Contas a receber - faturado (a)	10.715	6.708	13.024
Contas a receber - a faturar empresas ligadas (b)	18.221	21.491	18.219
Total	28.936	28.199	31.243
Circulante	25.188	21.827	27.495
Não circulante	3.748	6.372	3.748

(a) O saldo refere-se ao contas a receber de clientes diversos em decorrência de revenda de direito de uso de time share.

(b) O saldo refere-se ao contas a receber com empresas ligadas, decorrentes da promoção e vendas dos empreendimentos do Grupo GPK e demais transações entre o grupo.

A composição da parcela do ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, por ano de recebimento, é demonstrada a seguir:

Ano	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
	(reapresentado)		
2021	-	21.827	-
2022	25.188	6.372	27.495
2023 em diante	3.748	-	3.748
Total	28.936	28.199	34.243

7. Investimentos

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas diretas em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Investimentos em controladas	Participação 2020 - %	Participação 2019 - %	31 de dezembro de 2020					
			Ativo	Passivo	Patrimônio líquido total (Passivo a descoberto)	(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	Equivalência	Investimento
ARC 12	60,00%	60,00%	5.846	1.912	3.934	(866)	(520)	3.080
APR	0,0%	0,0%	25.329	27.943	(2.614)	3.284	(2.069)	-
BZS	0,0%	0,0%	50	2	48	(2)	-	-
			31.225	29.857	1.368	2.416	(2.589)	3.080

Investimentos em controladas	Participação 2021 - %	Participação 2020 - %	31 de dezembro de 2021					
			Ativo	Passivo	Patrimônio líquido total (Passivo a descoberto)	(Prejuízo) Lucro líquido do exercício/período	Equivalência	Investimento (Provisão para passivo a descoberto)
ARC 12	62,36%	60,00%	5.320	534	4.786	(3.216)	(1.930)	2.985
GMFC	100,0%	0,0%	628	1.512	(884)	(884)	(884)	(3.891)
GP Restaurante	100,0%	0,0%	11.967	20.223	(8.256)	(8.256)	(8.256)	(8.731)
GP Vacation	100,0%	0,0%	186	187	(1)	(1)	(1)	(311)
Lago-Negro	100,0%	0,0%	0	841	(841)	(841)	(841)	-
GPK Fidelidade	100,0%	0,0%	10	10	-	-	-	10
GPH Adm.	100,0%	0,0%	1.577	1.193	384	384	384	-
			19.688	24.500	(4.812)	(12.814)	(11.528)	(9.938)
							Total do investimento	2.985
							Total da provisão para passivo a descoberto	(12.933)

7.1 Movimentação dos investimentos (não auditado)

Investimentos em controladas	Investimento em 31/12/2019 (não auditado)	(+) Aumento de capital	(-) Redução de capital	Equivalência patrimonial	Investimento em 31/12/2020
ARC 12	-	3.600	-	(520)	3.080
APR	-	2.069	-	(2.069)	-
BZS	-	50	(50)	-	-
Total	-	5.719	(50)	(2.589)	3.080

Investimentos em controladas	Investimento em 31/12/2020	(+) Aumento de capital	Perda na aquisição de investimento	Equivalência patrimonial	Investimento (Provisão para passivo a descoberto) em 31/12/2021
ARC 12	3.080	1.931	(96)	(1.930)	2.985
GMFC	-	2.157	(5.164)	(884)	(3.891)
GP Restaurante	-	10.849	(11.324)	(8.256)	(8.731)
GP Vacation	-	227	(537)	(1)	(311)
Lago-Negro	-	841	-	(841)	-
GPK Fidelidade	-	10	-	-	10
GPH Adm.	-	-	(384)	384	-
Total	3.080	16.015	(17.505)	(11.528)	(9.938)

As participações em controladas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços das respectivas investidas na data-base de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

8. Imobilizado

	Controladora				
	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Custo					
Saldo em 31/12/2019 (não auditado)	2.802	465	1.510	641	5.418
Adições	232	122	271	391	1.016
Baixas	(106)	(17)	(130)	(34)	(287)
Saldo em 31/12/2020	2.928	570	1.651	998	6.147
Depreciação acumulada					
Taxa média de depreciação	10%	5%	10%	20%	
Saldo em 31/12/2019 (não auditado)	(243)	(85)	(211)	(171)	(710)
Adições	(1.379)	(91)	(333)	(173)	(1.976)
Baixas	55	-	-	-	55
Saldo em 31/12/2020	(1.567)	(176)	(544)	(344)	(2.631)
Saldo imobilizado líquido em 31/12/2020	1.361	394	1.107	654	3.516
Custo					
Saldo em 31/12/2020	2.928	570	1.651	998	6.147
Adições	2.286	244	973	2.157	5.660
Baixas	(170)	-	-	-	(170)
Saldo em 31/12/2021	5.044	814	2.624	3.155	11.637
Depreciação acumulada					
Taxa média de depreciação	10%	5%	10%	20%	
Saldo em 31/12/2020	(1.567)	(176)	(544)	(344)	(2.631)
Adições	(709)	(61)	(184)	(484)	(1.438)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	(2.276)	(237)	(728)	(828)	(4.069)
Saldo imobilizado líquido em 31/12/2021	2.768	577	1.896	2.327	7.568
	Consolidado				
	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Custo					
Saldo em 31/12/2019 (não auditado)	2.802	465	1.510	641	5.418
Adições	232	122	271	391	1.016
Baixas	(106)	(17)	(130)	(34)	(287)
Saldo em 31/12/2020	2.928	570	1.651	998	6.147
Depreciação acumulada					
Taxa média de depreciação	10%	5%	10%	20%	
Saldo em 31/12/2019 (não auditado)	(243)	(85)	(211)	(171)	(710)
Adições	(1.379)	(91)	(333)	(173)	(1.976)
Baixas	55	-	-	-	55
Saldo em 31/12/2020	(1.567)	(176)	(544)	(344)	(2.631)
Saldo imobilizado líquido em 31/12/2020	1.361	394	1.107	654	3.516
Custo					
Saldo em 31/12/2020	2.928	570	1.651	998	6.147
Saldo oriundo de combinação de negócios	2.200	1.235	5.422	169	9.026
Adições	2.286	244	987	2.178	5.695
Baixas	(109)	-	-	-	(109)
Saldo em 31/12/2021	7.305	2.049	8.060	3.345	20.759
Depreciação acumulada					
Taxa média de depreciação	10%	5%	10%	20%	
Saldo em 31/12/2020	(1.567)	(176)	(544)	(344)	(2.631)
Adições	(936)	(144)	(528)	(507)	(2.115)
Saldo em 31/12/2021	(2.503)	(320)	(1.072)	(851)	(4.746)
Saldo imobilizado líquido em 31/12/2021	4.802	1.729	6.988	2.494	16.013

9. Propriedades para investimento

	Controladora e Consolidado	
	Terrenos	Total
Custo		
Saldo em 31/12/2020	-	-
Adições – terrenos	16.000	16.000
Baixas	(4.000)	(4.000)
Saldo em 31/12/2021	12.000	12.000

A Companhia adota o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio e por entender que é a melhor informação para análise de mercado. O valor justo dos terrenos mencionados acima está suportado por laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes. A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual.

10. Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Contas a pagar a fornecedor (a)	3.203	2.709	6.481
Total	3.203	2.709	6.481

(a) Refere-se a fornecedores diversos, tais como: fornecedores de eventos/marketing, pagamento de patrocínios, prestadores de serviços, entre outros.

11. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Salários e encargos a pagar	2.855	1.326	4.302
Provisão para bônus e PLR	1.212	-	1.303
Provisão para férias e encargos	2.173	1.206	3.008
Total	6.240	2.532	8.613

12. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
IRPJ e CSLL	73	8.698	540
ICMS	-	-	267
PIS, COFINS e ISS	204	3.623	795
Parcelamento: INSS (a)	1.581	1.879	2.439
Parcelamento: IRPJ (a)	7.991	1.162	8.333
Parcelamento: CSLL (a)	2.583	266	2.731
Parcelamento: ICMS (a)	-	-	703
Parcelamento: PIS (a)	190	362	245
Parcelamento: COFINS (a)	2.244	79	2.448
Total	14.866	16.069	18.501
Circulante	4.022	13.469	7.097
Não circulante	10.844	2.600	11.404

(a) Refere-se a parcelamento de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS e INSS cujo pagamento é amortizado em até 110 parcelas, atualizado pela taxa SELIC. O acréscimo de juros sobre esse passivo é reconhecido como uma despesa financeira.

13. Direito de uso e passivos de arrendamento

A Companhia possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis, utilizando as cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos. As taxas de atualização utilizadas para atualizar os valores nos termos dos contratos são geralmente indexadas pelo índice de preços ao consumidor.

Os arrendamentos contratados pela Companhia na controladora e consolidado são apresentados abaixo:

13.1 Movimentação dos ativos de direito de uso

Saldo em 1º de janeiro de 2020	8.798
Atualizações contratuais	491
(-) Amortização	(3.936)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.353
Atualizações contratuais	-
(+) Adição de novos contratos	5.708
(-) Amortização	(2.590)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.471

13.2 Movimentação dos passivos de arrendamento

Saldo em 1º de janeiro de 2020	8.798
Atualizações contratuais	491
Juros	1.100
(+) Adição de novos contratos	-
(-) Pagamento de principal	(2.204)
(-) Pagamento de juros	(1.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.085
Atualizações contratuais	-
Juros	554
(+) Adição de novos contratos	5.708
(-) Pagamento de principal	(2.831)
(-) Pagamento de juros	(554)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.962
Circulante	4.398
Não circulante	5.564

Em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de pagamentos estimados do saldo circulante e não circulante de passivo de arrendamento está disposto a seguir:

	2.021
2022	4.398
2023	2.369
2024	1.560
2025	1.088
2026	547
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.962

13.3 Impactos na demonstração do resultado

De acordo com a norma CPC 06 (R2), as contraprestações de arrendamento, anteriormente registradas como despesas com locação, passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Embora o novo pronunciamento não tenha alterado o total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, o método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos traz um efeito temporal no lucro líquido, com redução de R\$241 no exercício de 2021 (R\$1.732 no exercício de 2020). Em decorrência do efeito temporal no imposto de renda e na contribuição social, reconhecemos um ativo fiscal diferido que se realizará à medida que os contratos de locações se encerrarem. Para apurações tributárias - imposto de renda e contribuição social – é assegurada a neutralidade fiscal.

14. Adiantamentos de clientes e receita diferida

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Adiantamento de comissão (a)	9.862	4.465	9.862
Receita diferida (b)	12.083	8.738	12.083
Adiantamento de clientes	-	-	519
Total	21.945	13.203	22.464
Circulante	16.136	8.688	16.655
Não circulante	5.809	4.515	5.809

(a) O saldo refere-se aos montantes recebidos como adiantamento por comissões de vendas a serem faturadas.

(b) Refere-se substancialmente à receita diferida de *time share*, a ser apropriada conforme prazo dos contratos.

15. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza: Trabalhista, Cível e Tributária e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são reconhecidas quando: (i) há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Os valores são estimados e atualizados pela administração, suportados por seus assessores legais externos levando em conta alterações nas circunstâncias como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Abaixo segue natureza das demandas judiciais.

(a) Trabalhista

Reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos se constituem, principalmente, em reconhecimento de vínculo empregatício e seus reflexos, bem como eventual pagamento de verbas rescisórias e horas extras.

(b) Cível

Ações e processos cíveis, no âmbito da justiça comum e juizado especial, movidos principalmente por consumidores, cujos pedidos se constituem, majoritariamente, em resolução do contrato de compra e venda de fração imobiliária, com restituição dos valores efetivamente pagos, acrescido da restituição de comissão de corretagem, além de indenizações em geral.

(c) Tributária

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia está sujeita, no curso normal dos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributárias.

	Controladora			
	Trabalhistas e Previdenciárias	Tributários	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	68	-	-	68
Adições	1.500	1.560	7	3.067
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.568	1.560	7	3.135
Adições	1.059	468	7	1.534
Reversões	(99)	-	-	(99)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.528	2.028	14	4.570

	Consolidado			
	Trabalhistas e Previdenciárias	Tributários	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	68	-	-	68
Adições	1.500	1.560	7	3.067
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.568	1.560	7	3.135
Adições	1.059	468	7	1.534
Reversões	(99)	-	-	(99)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.528	2.028	14	4.570

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível, em 31 de dezembro de 2021 o total era de R\$3.551 (R\$159 em 31 de dezembro de 2020).

16. Transações com partes relacionadas

As operações de mútuos com partes relacionadas são decorrentes de necessidades de caixa, as quais não estão sujeitas a encargos financeiros e não possuem prazo de vencimento determinado. Assim, a Companhia realiza transações sob condições e prazos específicos com estas partes relacionadas, conforme acordado entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de mútuos com partes relacionadas são os seguintes:

	Controladora				Consolidado	
	2021		2020		2021	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Ronaldo Kalil Fagundes	2.661	-	2.864	-	2.670	-
Mauro Alexandre Silva da Silva	372	-	-	223	381	-
Anderson Rafael Caliarì	3.110	-	-	1.316	3.110	904
André Cesar Caliarì	802	-	578	-	802	-
Daiane Andreia Caliarì Guizzardi	631	-	642	-	631	-
Cristhian Hans Dunnwald	314	-	176	-	314	-
ARC 12 Administradora de Bens	-	-	606	-	-	-
Gramado Parks Investimentos e Intermediações S.A.	38	21.245	1.077	4.177	220	36.795
Gramado Museu do Festival de Cinema Ltda.	-	-	-	1.071	-	-
Brasil Parques Temáticos e de Diversão S.A.	-	17.500	-	-	-	17.500
Gramado Prime Administração Hoteleira Ltda - SCP I	-	-	-	-	4	-
Gramado Prime Administração Hoteleira Ltda - SCP II	-	-	-	-	1	-
Snowland Participações e Consultoria Ltda.	-	-	-	-	-	992
Total	7.928	38.745	5.943	6.787	8.133	56.191

Receitas, saldos a receber de partes relacionadas e adiantamentos de clientes estão incluídos, respectivamente, nas rubricas de “Receita de serviços prestados”, “Contas a receber” e “Adiantamentos de clientes”, e estão demonstrados a seguir:

Notas	2021			2020			
	Contas a receber	Adiantamentos a clientes	Receitas	Contas a receber	Adiantamentos a clientes	Receitas	
	Grupo GPK (a)	7 e 22	18.219	9.862	43.176	21.491	4.465
Total		18.219	9.862	43.176	21.491	4.465	75.185

(a) Conforme mencionado na nota 1, as receitas de comissão e promoção de vendas são oriundas em sua totalidade de transações na comercialização de empreendimentos do Grupo GPK (Empreendimentos GTR, APR, GBV, NCR, GVI e GER).

Remuneração da administração:

Os montantes registrados a título de honorários dos administradores estão registrados na rubrica de pró-labore e são apresentados a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Pró-labore	-	(35)
Total	-	(35)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 10 de julho de 2021, conforme a Ata de Reunião de Sócios para Transformação em Sociedade Anônima de Capital Fechado, os sócios resolveram transformar a empresa em sociedade anônima de capital fechado, com a adoção da denominação Gramado Promoção de Vendas S.A. Em 24 de junho de 2021, conforme 11ª Alteração Contratual Consolidada, os sócios decidiram aumentar o capital social da sociedade para R\$18.003, mediante emissão de 17.003.273 (dezesete milhões, três mil e duzentas e setenta e três quotas, por meio de integralização de bens imóveis detidos em condomínio por determinados sócios. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social era de R\$18.003 (R\$1.000 em 31 de dezembro de 2020).

b) Reserva de lucros

Reserva legal

A parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescida do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do art. 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

Reserva de lucros

Parcela ou totalidade do lucro líquido remanescente, após as apropriações previstas no estatuto social da Companhia, que podem ser retidos com base em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, na forma prevista no Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Distribuição de dividendos

A partir do ano de 2021, data em que ocorreu a transformação em Sociedade Anônima, o estatuto prevê que a proposta apresentada pela Administração, sobre a destinação do lucro do exercício, deverá ser aprovada em Assembleia Geral.

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) Importância destinada à constituição da reserva legal; e
- b) Importância destinada à formação da reserva para contingências, quando existente e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2021 não houve distribuição de lucros no período em decorrência do prejuízo do período (R\$18.354 distribuídos no exercício de 31 de dezembro de 2020).

18. Receita líquida

A receita líquida para os exercícios possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Receita operacional bruta:	(não auditado)	(reapresentado)	(não auditado)
Receita de comissão e promoção de vendas	43.176	75.185	43.176
Receita com <i>time share</i>	4.283	4.945	4.283
Receita de prestação de serviço	86	-	2.789
Venda de mercadorias	-	-	18.493
Receita bruta	47.545	80.130	68.741
Cancelamento de vendas	(645)	(653)	(662)
Tributos incidentes sobre vendas	(6.104)	(9.650)	(8.404)
Total das deduções da receita bruta	(6.749)	(10.303)	(9.066)
Receita líquida	40.796	69.827	59.675

19. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Custo de revenda	(não auditado)	(reapresentado)	(não auditado)
Despesa com publicidade e outros	-	(1.212)	(7.511)
Gastos com colaboradores	(20.255)	(4.157)	(21.005)
Despesa com funcionamento	(33.572)	(16.657)	(42.718)
Amortização de direito de uso	(9.242)	(2.384)	(11.594)
Depreciação de imobilizado	(2.590)	(3.936)	(2.590)
Amortização de intangível	(1.438)	(1.921)	(2.115)
Serviços prestados por pessoas jurídicas	(61)	(49)	(61)
Ganho de capital na venda de ativos	(5.032)	(2.585)	(9.161)
Perdas com Investimentos	11.779	-	12.681
Provisão para demandas judiciais	(17.505)	-	(17.506)
Outras despesas, líquidas	(1.435)	(3.067)	(1.435)
Total	(80.757)	(38.709)	(107.814)
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	(56.810)	(30.515)	(64.322)
Despesas comerciais (a)	-	-	(752)
Despesas gerais e administrativas	(15.382)	(5.129)	(31.622)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(8.565)	(3.065)	(11.118)
Total	(80.757)	(38.709)	(107.814)

(a) A companhia adota como prática contábil o reconhecimento de 100% das despesas comerciais da controladora (GPV) como custo, por entender que a natureza destes gastos reflete a parcela do custo de vendas associado a obtenção das receitas relacionadas aos serviços de comissão e promoção de vendas.

20. Imposto de renda e contribuição social

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Arrendamentos	1.622	589	1.622
Provisão para demandas judiciais	851	1.065	851
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	2.473	1.654	2.473

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
	(não auditado)	(reapresentado)	(não auditado)
(Prejuízo) Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	(54.462)	25.502	(53.543)
Expectativa de impostos pela taxa nominal de 34%	18.517	(8.671)	18.205
Equivalência patrimonial	(3.920)	(880)	(656)
Despesas indedutíveis	-	(2)	-
Outros	(13.779)	111	(17.650)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	818	(9.442)	(101)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(11.096)	(919)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	818	1.654	818
Alíquota efetiva	1,50%	37,02%	-0,19%

21. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados dos principais instrumentos financeiros são os seguintes:

	Controladora				Consolidado	
	Valor contábil		Valor justo		Valor contábil	Valor justo
	2021	2020	2021	2020	2021	2021
<i>Ativos financeiros:</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	1.857	1.822	1.857	1.822	3.450	3.450
Contas a receber	10.715	6.708	10.715	6.708	13.024	13.024
Contas a receber - empresas ligadas	18.221	21.491	18.221	21.491	18.219	18.219
Partes relacionadas	7.928	5.943	7.928	5.943	8.133	8.133
<i>Passivos financeiros:</i>						
Fornecedores	3.203	2.709	3.203	2.709	6.481	6.481
Passivo de arrendamento	9.962	7.085	9.962	7.085	9.962	9.962
Partes relacionadas	38.745	6.787	38.745	6.787	56.191	56.191

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros que não estejam registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como também não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim enumerados:

i) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia não possui riscos associados a taxa de câmbio.

ii) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e decorrente a transações com partes relacionadas. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber e limita o risco de contas indébitas através de seu departamento de cobrança.

iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para manter a manutenção de seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

	2021				2020			
	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Fornecedores	1.620	4.861	-	6.481	677	2.032	-	2.709
Passivo de arrendamento	1.100	3.298	5.564	9.962	870	2.608	3.607	7.085
Partes relacionadas	-	-	56.191	56.191	-	-	6.787	6.787
Outras contas a pagar	183	547	191	921	244	731	-	975
	2.903	8.706	61.946	73.555	1.791	5.371	10.394	17.556

iv) Gestão de capital

O objetivo principal da gestão de capital da Companhia e suas controladas é maximizar o valor do quotista. A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos quotistas, devolver o capital a eles ou emitir novas quotas. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, é indexado ao CDI; portanto, os valores registrados aproximam-se do valor justo desses instrumentos financeiros.

22. **Eventos subsequentes**

1- Em 13 de janeiro de 2022, foi constituída a empresa Bento Gonçalves Wine Club Ltda., com capital social de R\$10 divididas em 10.000 quotas detidas pela sócia Gramado Promoção de Vendas S.A.

2- Em 14 de janeiro de 2022, através da 1ª Alteração ao Contrato Social da Arraial Club Parques Temáticos e de Diversão Ltda., a Gramado Promoção de Vendas S.A. adquiriu 10.000 quotas do capital social da empresa Arraial Club Parques Temáticos e de Diversão Ltda., passando a deter 100% das quotas da empresa.

3- Em 19 de janeiro de 2022, através da 1ª Alteração ao Contrato Social da Praia do Forte Club Ltda., a Gramado Promoção de Vendas S.A. adquiriu 10.000 quotas do capital social da empresa Praia do Forte Club Ltda., passando a deter 100% das quotas da empresa.